



Anais da Assembléia

N.ºs 141 e 142

CURITIBA, QUARTA e QUINTA-FEIRA, EM 03 e 04 DE NOVEMBRO DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 215.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1976.

QUARTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Dal'Oglio e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 225/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 341/76, Mensagem 98/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 225/76 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de re-ratificação de 28/07/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão no referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 1.º de Setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Adalberto Daros - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 341/76

A presente Proposição número 341/76, oriunda da Mensagem Governamental número 98/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa do termo de re-ratificação datado de 28/07/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Analizando a Proposição, temos que a mesma obedece aos preceitos constitucionais e legais.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de Setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Adalberto Daros - Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 225/76.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 216.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Jorge Sato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem 137/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO

DATA DA CELEBRAÇÃO

Guaraci	07/04/76
Cruzeiro do Oeste	26/05/76
Nova Aurora	03/06/76
Santa Isabel do Ivaí	08/06/76
Terra Rica	27/07/76
Umuarama	14/07/76
Nova Olímpia	27/07/76
Planaltina do Paraná	27/07/76
Planaltina do Paraná	27/07/76
Centenário do Sul	19/07/76
Foz do Iguaçu	02/08/76
Paranavaí	28/07/76
Pato Branco	10/08/76
Cerro Azul	02/08/76
Apucarana	10/08/76
Ivaí	18/08/76
Dois Vizinhos	18/08/76
Santa Isabel do Oeste	02/08/76
Mirador	05/08/76
Astorga	04/08/76
Faxinal	10/08/76
Floraí	11/08/76
Sengés	16/08/76
Tibagi	24/08/76
Porto Amazonas	10/09/76
Sertãozinho	31/08/76

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 138/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 139/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 13/10/76, ao Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem 140/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de LOANDA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso ao próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem 141/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem 142/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem 143/76

Curitiba, 21 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado e o município de IRATI, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei número 155/75, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga os municípios de CASCAVEL e FORMOSA D'OESTE.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO FELIZARDO DE SOUZA, progenitor do vice-Prefeito do município de Goioerê e um dos pioneiros daquela cidade, ocorrido no dia 24 do corrente em Goioerê.

Requer, finalmente seja dado ciência dessa à família enlutada, a qual reside em Goioerê.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de REGOZIO pelo transcurso do 243.º aniversário de fundação do município de MORRETES, que deverá ocorrer no próximo dia 31 do corrente.

A fundação do município de MORRETES foi exatamente a 31 de outubro de 1733, data em que a Câmara Municipal de Paranaguá, por determinação do Ouvidor Rafael Pires Pardini, efetuou a demarcação de 300 braças em quadra, no local onde hoje está situada a cidade de Morretes, constando

que o Sr. João de Almeida foi o primeiro morador da região.

Em meados do século XVIII chegou ao Povoado, o Capitão Antônio Rodrigues de Carvalho e sua esposa Dona Maria Gomes Setubal, os quais mandaram construir uma Capela, sob a denominação de Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes cuja Capela recebeu as bênçãos do então Vigário de Paranaguá, Padre Francisco de Meira Calassa.

Em 1.º de março de 1941, por força da Lei Provincial número 16, o povoado foi desmembrado de Antonina passando à categoria de município, sendo instalado, solenemente, a 5 de julho do mesmo ano.

No dia 24 de maio de 1869, pela Lei Provincial número 188, recebeu os foros de cidade com a denominação de Nhum-diaquara.

Entretanto, a 7 de abril de 1870, por força da Lei número 227 voltou a antiga denominação de Morretes, a qual conserva até nossos dias.

Berço de eminentes vultos de nossa história como Rocha Pombo, Theodoro de Bona, Professor Raul Gomes e outros, Morretes apesar de conservar ainda alguns traços e aspectos do passado, apresenta elevado índice de progresso, graças a operosidade e dinamismo de seus habitantes e dirigentes bem como a atuação de grandes indústrias que operam no município e que propiciam, além de emprego para milhares de trabalhadores, a geração de capitais para a movimentação do comércio e outras atividades.

O município de Morretes está situado a 9,50 metros de altitude, sendo o seu clima bastante agradável.

É servido por estradas asfaltadas, com ligação para a Capital do Estado e outros municípios vizinhos.

Conta também com uma vasta rede escolar de ensino de 1.º e 2.º graus em número de 40 estabelecimentos que abrigam aproximadamente 2.500 estudantes.

O atual Prefeito de Morretes é o Dr. Sidney Antunes de Oliveira e Vice o Sr. Brasília Carlos Jorge Buffara, sendo a Câmara Municipal composta pelos Vereadores: Roaldo de Freitas - João Pinto Velozo - Eric Jobert Hunziker - Foad Saliba Smaka - Haroldo Cândido da Silva - Carlos Alberto Gnatta - Carlos Cesar de Lima - Horácio Luiz Pinto e Domício Tozetto.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmo. Sr. Prefeito daquele município e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, requer à Mesa, seja enviado ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma agência do referido Banco em Diamante do Oeste, município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer à Mesa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco que liga os municípios de Matelândia à Sta. Helena, na localidade de Ponte Queimada.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Diretor dos Correios e Telégrafos no sentido de que sejam fornecidos, gratuitamente, os formulários para os eleitores, em trânsito, que pretendem justificar a sua ausência no domicílio eleitoral, nas eleições de 15 de novembro.

O presente pedido, funda-se no fato de que está sendo anunciado que os formulários deverão ser adquiridos junto às Agências de Correios e Telégrafos, mediante o pagamento de Cr\$ 10,00, o que parece um preço excessivamente alto e injustificável, considerando-se mais que a maioria dos eleitores em tal situação é desprovida de recursos e que poderá se ver na impossibilidade de apresentar a sua justificativa.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1976.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, dando ciência de que no dia 29 p.p., ocorreu intensa precipitação de granizo na zona rural do município de Palmeira, dizimando inteiramente lavouras e danificação seriamente propriedades, colocando inclusive muitas famílias ao desabrigo.

Diante do exposto e a fim de que seja possível a recuperação, pelo menos parcial, da produção agrícola do município e restabelecimento da economia individual que, de outro modo, poderá, inclusive, trazer consequências de ordem social, seja colocado, de imediato, sementes de feijão que é a mais carente e a que mais se cultiva naquelas áreas, como de outra parte, sejam feitas gestões junto ao Banco do Brasil S.A. e mesmo, através o Banco do Estado do Paraná S.A., para serem colocados à disposição dos agricultores atingidos, crédito para pagamento em prazo dilatado, dispensando-se juros e outros encargos, bem assim que seja concedido prorrogação de prazo para pagamento de financiamentos já concedidos aos mesmos, também dispensando-se acréscimos de juros.

Sala das Sessões, em -3 de novembro de 1976.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e Diretor Presidente do Banco do Brasil S.A., dando ciência de que intensa precipitação de granizo ocorreu no último dia 29 p.p., na zona rural do município de Palmeira, ocasionando total dizimação de lavouras, bem assim danificando seriamente propriedades, deixando, inclusive, famílias ao desabrigo.

Tal foi a consequência desse fenômeno que o próprio Prefeito Municipal, sensibilizado com o desespero do grande número de lavradores atingidos e que perderam por inteiro as suas economias, alguns deles com compromissos em estabelecimentos de crédito, assumidos com financiamentos para desenvolvimento dessa atividade, viu-se na contingência de decretar estado de calamidade pública.

Face ao exposto e tendo em vista a gravidade do problema, que atingiu a economia não só individual, com possível repercussão social, por certo também o próprio município, que tem a sua sustentação principal na produção primária, sofrerá os efeitos dessa tragédia e por essa razão, formula-se o presente apelo, no sentido de que seja, de imediato, colocado à disposição desses lavradores, crédito especial, sem

qualquer juro, para pagamento em longo prazo e em safras futuras, bem assim, seja determinado que os financiamentos, já concedidos, tenham seus prazos de pagamento dilatados, também sem qualquer acréscimo, a fim de que tenham oportunidade de se recuperarem dos seus prejuízos.

Sala das Sessões, em -3 de novembro de 1976.

(a) LINEU TURRA.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Tendo declinado o Sr. Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra à Liderança do MDB. (PAUSA).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, concedo a palavra à Liderança da ARENA.

Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 212/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76, Mensagem 30/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de INDIANÓPOLIS, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 213/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 184/76, Mensagem 48/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira, para assistência aos produtores, nos campos da mecanização e insumos agrícolas. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 214/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 185/76, mensagem 49/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades na elaboração de Projetos de Ensino e Pesquisa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 215/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 211/76, Mensagem 63/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ICARAÍMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 216/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 215/76, Mensagem 67/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 100/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 107/76, referente à proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o período trienal de 1977/79. Parecer da C.O., pela aprovação do Projeto, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 234/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAÍRA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 220/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 241/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMITAL, objetivando reparos a serem executados em DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 264/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de CONGOINHAS, objetivando reparos em próprios do Estado daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 276/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de MANOEL RIBAS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 131/75, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o LAR ELIM CANAÃ, da cidade de CORNÉLIO PROCÓPIO. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 131/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o LAR ELIM CANAÃ, da cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Lar Elim Canaã, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio, à rua João Cabral de Medeiros, 52.

A sociedade que se pretende declarar de utilidade pública nesta oportunidade, através de um trabalho intenso e bem organizado, vem abrigando dentro de suas possibilidades, velhinhos, indigentes e órfãos, dando-lhes total assistência. Desde sua fundação a quase dois anos, vem a referida sociedade prestando relevantes serviços aos necessitados, razão pela qual, a Câmara Municipal de Cornélio Procópio já a reconheceu de utilidade pública, pela Lei 747, de 12 de outubro de 1972.

Assim, apresentamos o presente projeto de Lei à consideração de nossos pares, esperando merecer o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 131/75

De autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o LAR ELIM CANAÃ, da cidade de Cornélio Procópio.

A entidade acima presta, inegavelmente, inestimáveis serviços à sua comunidade, não visa lucros ou dividendos e os seus Diretores não recebem qualquer remuneração. Desta forma, preenche ela os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, nada existe que possa impedir a sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 109/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de FOZ DO IGUAÇU. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquela cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Foz do Iguaçu, é uma entidade beneficente, que vem prestando assistência social e material a crianças desprovidas de recursos, em Foz do Iguaçu. Assistência esta efetivada através de serviços de berçário, creche, vestuário, de alimentação, cuidados médicos e orientação educacional; somente isso não bastasse, ainda assiste às mães dos menores matriculados na APMI.

Srs. Deputados, é uma entidade que se preocupa com tais problemas, sem dúvida alguma, merecedora de nossas atenções, razão pela qual rogo vossa aprovação para o presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 109/76

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, objetiva declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

O projeto de lei vem articulado e justificado e se faz acompanhar da documentação exigida pelas Leis Federal e Estadual, que disciplinam a matéria, conforme discriminação abaixo:

- a) está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;
- b) vem funcionando regularmente há mais de um (1) ano;
- c) seus membros de Diretoria não percebem quaisquer remuneração ou auxílios.

Em assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação do projeto em estudo.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 218/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 230/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de CHOPINZINHO, objetivando execução de reparos em próprio estadual daquela comuna Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 218/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 /04/76 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de Chopinzinho, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquela comuna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 230/76

A presente Proposição 230/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Chompinzinho, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado, a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 221/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 253/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE URAÍ e o POSTO DE SAÚDE daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 221/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22/03/76, entre o Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Uraí e Posto de Saúde, daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 253/76

A presente Proposição 253/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 224/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 336/76, Mensagem 93/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 224/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 02/07/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LODNRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 336/76

A presente Proposição 336/76, oriunda da Mensagem Governamental 93/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho,, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Felizardo de Souza. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 155/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 243º aniversário do município de Morretes — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito em Diamante do Oeste, município de Matelândia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco, que liga os municípios de Matelândia à Santa Helena, na localidade de Ponte Queimada. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Diretor dos Correios e Telégrafos, no sentido de que sejam fornecidos, gratuitamente, os formulários para os eleitores em trânsito que pretendam justificar a ausência no domicílio eleitoral nas eleições de 15 de novembro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, dando ciência de que no dia 29 p.passado, ocorreu intensa precipitação de granizo na zona rural de Palmeira, dizimando inteiramente lavouras e danificando seriamente propriedades. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Diretor Presidente do Banco do Brasil S/A., dando ciência de que intensa precipitação de granizo ocorreu no último dia 29 p.passado na zona rural do município de Palmeira, ocasionando total dizimação de lavouras e danificando propriedades. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 217/76, 219/76, 220, 222 e 223/76.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 131/65, 109/76, e de Resolução números 218, 221 e 224/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 226, 227, 228/76, 229, 230 e 231/76.

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 05, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Resolução 183, 192/76, 194, 195, 197, 198 e 199/76.

Levanta-se a Sessão

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 217ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1976 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Accioly Neto.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Fddermann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENYE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria cosntante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 235/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 341/76, Mensagem 98/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 218ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Accioly Neto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont,

Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma do Regimento Interno, requer regime de urgência ao Projeto de Lei 122/76, que declara de utilidade pública o CAMPING CLUB DO BRASIL, secretaria regional do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil SA, encarecendo a necessidade de reformulação do critério de garantia aos lavradores através do PROAGRO, de sorte que venha ser coberto o objeto garantido, atingido total ou parcialmente, por fenômeno natural ou de outra causa qualquer, em cem por cento.

A providência ora sugerida urge seja colocada em prática logo, atendendo à situação especial dos lavradores do município de Palmeira, que tiveram suas lavouras dizimadas por chuva de granizo que também causou sérios danos a propriedades e benfeitorias na zona rural.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1976.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para falar no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Está livre a palavra. (Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 234/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAÍRA, objetivando execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 220/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 241/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PALMITAL, objetivando reparos a serem executados em DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 264/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de CONGOINHAS, objetivando reparos em PRÓPRIOS DO ESTADO daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 276/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de MANOEL RIBAS, objetivando execução de reparos em PRÓPRIOS ESTADUAIS da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 131/75, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o LAR ELIM CANAÃ, da cidade de CORNÉLIO PROCÓPIO. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 109/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de FOZ DO IGUAÇU. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 218/76 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 230/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de CHOPINZINHO, objetivando execução de reparos em PRÓPRIO ESTADUAL, daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 221/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 253/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE URAÍ e o POSTO DE SAÚDE daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 224/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 336/76,

Mensagem 93/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 226/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 343/76, Mensagem 100/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 226/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Re-ratificação datado de 28/07/76, ao Convênio celebrado em 14/05/76, entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 343/76

Oriunda da Mensagem Governamental 100/76, a presente Proposição 343/76, tem por objetivo o referendo desta Casa ao termo de re-ratificação ao Convênio celebrado em 14/05/76, entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

Constitucionalmente, e legalmente, a matéria se acha em condições de ser apreciada por esta Casa e receber o competente referendo.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 227/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 267/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR SANTA RITA DE CÁSSIA, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 227/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR SANTA RITA DE CÁSSIA, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 267/76

Em obediência a preceitos constitucionais, o Governador está encaminhando a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Guaporema, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido Município.

Firmar convênios conforme preceitua a Constituição Estadual é da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum da Assembléia Legislativa.

Face ao exposto, e pelas razões apresentadas, somos favoráveis ao plano de lei, obedecidos os termos do projeto de resolução em anexo.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 228/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 334/76, Mensagem 91/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 228/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 02/07/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 334/76

A presente Proposição 334/76, oriunda da Mensagem Governamental 91/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 229/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 348/76, Mensagem 105/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município

de Floresta, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 229/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 02/07/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de FLORESTA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 348/76.

A presente Proposição número 348/76, oriunda da Mensagem Governamental número 105/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de FLORESTA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 230/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 356/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MARILENA, objetivando execução de reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL CÂNDIDO BERTHIER FORTES, da sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 230/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de MARILENA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o "Ginásio Estadual Cândido Bérthier Fortes", na sede daquele município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 356/76.

A presente Proposição 356/76, oriunda da Mensagem Governamental 108/74 tem por objetivo o referendo desta

Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MARILENA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 231/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 357/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MANDAGUAÇU, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam POSTO DE PUERICULTURA, UNIDADE SANITÁRIA e DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 231/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária, Posto de Puericultura, Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, Grupo Escolar Gilberto Belani e Grupo Escolar Santo Carraro, na sede daquele município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 357/76.

A presente Proposição 357/76, oriunda da Mensagem Governamental 108/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, cons-

tante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 122/76.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil S/A., encarecendo a necessidade de reformulação do critério de garantia aos lavradores, através do PROAGRO. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, sexta-feira, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA,

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 577/76.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 9324, de 19 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 638/75, de 27 de novembro de 1975, que designou o interno ANTONIO CUNHA VASCONCELOS, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado WILSON FORTES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 578/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I - revoga a Portaria 302/75, de 17 de junho de 1975, que designou o funcionário ANTONIO CECCON, matrícula número 554, ocupante do cargo de nível PL“16”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado Ivan Rüppel;

II - designar o funcionário acima citado para prestar serviços junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 579/76.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar o funcionário ANTONIO CECCON, matrícula 554, ocupante do cargo de nível PL“16”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 621/76.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8256, de 21 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

licenciar, sem prejuízo de seus vencimentos, até 16 de novembro do corrente ano, o funcionário CESAR AUGUSTO LEONI, matrícula 479, ocupante do cargo de nível PL“26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 14, da Lei 6055, de 17 de junho de 1974, para promoção de sua campanha eleitoral.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 29 de outubro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 622/76.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7998, de 14 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

licenciar, sem prejuízo de seus vencimentos, até 16 de novembro do corrente ano, o funcionário JURACY JOSE SOMMAVILLA, matrícula 351, ocupante do cargo de nível PL“20”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 14, da Lei 6055, de 17 de junho de 1974, para promoção de sua campanha eleitoral.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 623/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7909, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

locenciar, sem prejuízo de seus vencimentos, até 16 de novembro do corrente ano, o funcionário ELIO DUARTE DIAS, matrícula 009, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 14, da Lei 6055, de 17 de junho de 1974, para promoção de sua campanha eleitoral.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 29 de outubro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 624/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8584, de 30 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a SENHORINHA BERNARDI, matrícula 563, ocupante do cargo de nível PL“16”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 16 de novembro de 1964 e 16 de setembro de 1974,

antecipado em razão das férias relativas ao ano de 1968, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 625/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8076, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a **ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT** matrícula número 025, ocupante do cargo de nível PL "30" da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1963 a 01 de dezembro de 1972, antecipado em razão das férias relativas ao ano de 1965, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 626/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8465, de 28 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a **MARIA DE LURDES BIZETTO REQUE**, matrícula 330, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 26 de agosto de 1969 e 26 de agosto de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 627/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8602, de 01 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

retificar o nome de **LOITZEL R. BITTENCOURT**, matrícula 140, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, para **Loizel Rüppel BITTENCOURT**.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 628/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7961, e 13 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de **BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS**, matrícula 556, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 01/04/65 e 01/12/1969, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1966 e 1967, contadas em dobro; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 20/05/1971 e 20/07/1975, compreendido em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 629/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8647, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de **WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO**, matrícula 035, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 630/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8067, de 15 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

licenciar, sem prejuízo de seus vencimentos, até 16 de novembro do corrente ano, o funcionário **CARLOS PERTEL**, matrícula 1101, ocupante do cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete do Deputado **JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI**, desta Assembléia, nos termos do Art. 14, da Lei 6055, de 17 de junho de 1974, para promoção de sua campanha eleitoral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 631/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8090, de 16 de novembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELSON SILVIO SALLES, matrícula número 491, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo e seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 19 de novembro de 1969 e 19 de setembro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 632/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8243, de 21 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de DURVAL DAROS, matrícula 065, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 08 de abril de 1971 e igual data de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 633/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7585, de 25 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula 399, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 22/11/67 e 22/02/72, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas ao ano de 1970 e de quinze (15) dias de 1967, contadas em dobro.

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 22/02/72 e 22/12/75, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 22 de dezembro de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 634/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8042, de 15 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar compulsoriamente, nos termos do Art. 136, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 139, da mesma Lei, DURCILIA PRESTES DOS SANTOS, matrícula 196, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade de Cr\$ 12.485,76 (Doze mil e quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros e setenta e seis centavos) anuais e integrais, inclusive cinco por cento de acréscimo trienal, de acordo com o Art. quarto, parágrafo primeiro da Resolução número 2/64, de 21 de fevereiro de 1964 e dez por cento de acréscimo quinquênais, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 635/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8043, de 15 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar compulsoriamente, nos termos do Art. 138, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 139, da mesma Lei, JOSÉ ADER, matrícula 535, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade de Cr\$ 71.541,24 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e um cruzeiros e vinte e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive vinte e cinco por cento de acréscimos trienais de acordo com o Art. quarto, parágrafo primeiro, da Resolução 2/64, de 21 de fevereiro de 1964, vinte e cinco por cento de acréscimos quinquênais, com fundamento no Art. 170, da citada Lei 6174, e mais cinquenta por cento dos respectivos vencimentos, de acordo com a Lei 6794, de 08 de junho de 1976, pela prestação de serviços extraordinários.

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 04 de novembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 636/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 8429 e 8430, de 27 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GENI CARNEIRO, matrícula 284, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Técnico de Administração do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 28 de junho de 1960 e 28 de novembro de 1969, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1963, 1965, 1966 e de quinze (15) dias de 1967, contadas em dobro; e,

III - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal antes invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio entre 28 de novembro de 1969 e 24 de maio de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 637/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9258, de 18 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

retificar o Decreto Legislativo 566/76, de 31 de agosto de 1976, que contou em dobro as férias referentes aos exercícios de 1974 e 1975, à funcionária ISaura Bravos, matrícula 471, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o tempo é de dois (02) meses, referentes ao exercício de 1974, em virtude das férias de 1975, já terem sido contadas através do Decreto Legislativo 243/76, de 13 de abril de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 638/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8254, de 21 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos

do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ROBERTO DINIZ SATYRO, matrícula 255, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio vencido em 13 de junho de 1963; e,

II - conceder o adicional de cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 21 de julho de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 639/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8995, de 12 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, matrícula 184, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro do período remanescente da licença especial que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 640/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8684, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, matrícula 314, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 04 de novembro de 1971 e 04 de novembro de 1975, antecipado em razão de incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1964, 1965 e 1966, contadas em dobro; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir de 23 de julho de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 641/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8623, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de WILSON KAIEL, matrícula número 436, ocupante do cargo de nível PL“25”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 12 de julho de 1969 e 12 de julho de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 04 de novembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO NÚMERO 171/76

DATA: 22 de Outubro de 1974.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Londrina, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 76/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo e Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22/10/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

Presidente